



## Universidades federais podem ter cota para escolas públicas



Senadores Paulo Paim (2º à dir.) e Anibal Diniz (D) comemoram com integrantes de entidades sociais aprovação do projeto na Comissão de Direitos Humanos

Marcos Oliveira/Agência Senado

Reserva de 50% das vagas de universidades e escolas técnicas federais para escolas públicas foi aprovada em comissão

**P**elo texto, a seleção dos candidatos seguirá a proporção de negros, pardos e indígenas do estado onde se localiza cada instituição. Alunos de famílias com renda *per capita* de até um salário mínimo e meio também terão prioridade. Projeto poderá ser votado pelo Plenário em regime de urgência. **7**

### Governo lança plano de incentivo à agricultura

O presidente do Senado, José Sarney, participou ontem, ao lado de Dilma Rousseff, da cerimônia de lançamento do Plano Agrícola e Pecuário, que prevê incentivo de R\$ 115,2 bilhões ao agronegócio. **2**

### Ex-assessor de Agnelo se defende na CPI

Claudio Monteiro, ex-chefe de gabinete do governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, negou que alguma vez tenha se

encontrado com o contraventor Carlinhos Cachoeira e abriu mão de seus sigilos. Outros dois depoentes ficaram em silêncio. **5**



Diante da CPI, Claudio Monteiro (D) admite encontro com Fernando Cavendish, ex-dono da construtora Delta

Gerardo Magalhães/Agência Senado

### Aprovada criação de fundo de amparo a mulher agredida

### Dispositivo para fixar cadeirinha em carro pode ser obrigatório



Esther de Albuquerque, Quenio de França, Antonio Ramalho Júnior, Cyro Miranda, Marta Suplicy e Alexandre Macedo

Márcio Kallume/Agência Senado

### FGTS está defasado e deveria render muito mais, afirmam debatedores

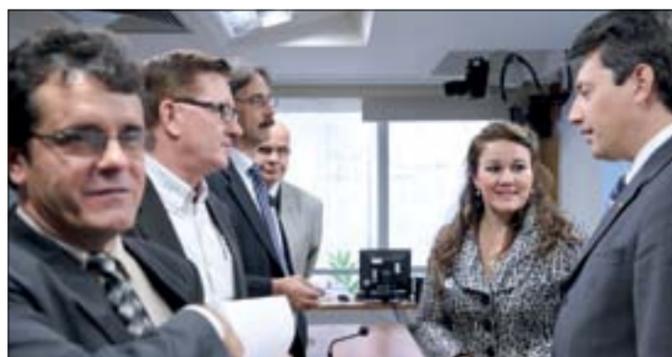
Ao menos 12 projetos no Senado e 126 na Câmara propõem novas possibilidades de saques nas contas vinculadas do fundo ou novos critérios para sua

correção. A Subcomissão Temporária do FGTS debateu ontem, com representantes do Conselho Curador e de ministérios, algumas dessas propostas. **8**

### Internet não corrige falhas da democracia, avalia filósofo

Em palestra no Fórum Senado Brasil 2012, o professor Renato Lessa considerou uma ilusão acreditar que a internet

pode resolver as falhas do sistema político representativo e levar ao paraíso da democracia direta. **3**



Pedro Franco/Agência Senado

### Senadores do Paraguai apoiam novo governo

Sérgio Souza (D) conversa com parlamentares paraguaios na comissão externa do Senado que visitará o país vizinho



O ministro Mendes Ribeiro lança plano agrícola, ao lado do senador José Sarney, da presidente Dilma Rousseff, da ministra Gleisi Hoffmann e da senadora Kátia Abreu

# Sarney participa de lançamento de plano que incentiva agronegócio

Plano Agrícola e Pecuário, lançado por Dilma, prevê R\$ 115 bilhões para a safra 2012-2013 e reduz juros para agricultor empresarial

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, participou ontem, no Palácio do Planalto, da solenidade de lançamento do Plano Agrícola e Pecuário para a safra 2012-2013.

O plano prevê R\$ 115,2 bilhões em créditos de custeio e investimento na agricultura empresarial — 8% a mais do que o anunciado em 2011 —, além da redução dos juros cobrados dos produtores rurais — de 6,75% para 5,5% ao ano.

— As perspectivas são promissoras, apesar da crise internacional. Esse conjunto de medidas, que envolve redução dos juros ao crédito rural, garantia de preço

mínimo e seguro agrícola ao produtor, vai contribuir para que o país possa contabilizar a maior safra já produzida, chegando a 170 milhões de toneladas — afirmou o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro.

No caso de os R\$ 115,2 bilhões serem consumidos antes do término da safra, a presidente Dilma Rousseff assegurou a liberação de recursos extras para financiamento do agronegócio.

Outros compromissos assumidos pelo governo foram a montagem de um plano nacional de armazenagem e a criação de uma agência

para reestruturar as ações de assistência técnica e extensão rural.

— O Brasil se orgulha muito de sua posição no cenário agrícola internacional. É uma potência, pois soube agregar as condições naturais à eficiência do trabalho e da ciência e tecnologia — disse Dilma.

A presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), senadora Kátia Abreu (PSD-TO), apontou uma maior cooperação entre a produção rural e o governo — parceria que, segundo ela, resultou num plano que fugiu da “mesmice” ao ampliar o crédito e reduzir os juros.

## Para Ana Amélia, medida dará “fôlego” à agricultura



Ana Amélia (PP-RS) elogiou o Plano Agrícola e Pecuário 2012-2013. Para ela, a iniciativa representa “um fôlego para o setor”.

— Quando a presidente da República reconhece a importância da agricultura e o esforço que os agricultores vêm fazendo, isso é um ânimo para quem está trabalhando na terra — afirmou.

A senadora se disse animada com o compromisso feito por Dilma Rousseff de que não faltarão recursos para a agricultura e com o anúncio da criação do mecanismo da extensão rural, que levará conhecimentos técnicos aos pequenos e médios produtores.

## Gurgacz afirma que iniciativa ajuda a proteger Brasil da crise



Acir Gurgacz (PDT-RO) elogiou o governo pelo Plano Agrícola e Pecuário e pelo PAC Equipamentos, ambos com medidas que aumentam investimentos públicos na agricultura, na pecuária e na indústria.

Na interpretação do senador, essas são iniciativas de enfrentamento dos efeitos da crise financeira internacional que vão além do simples estímulo ao consumo.

— O governo está atento às incertezas do mercado internacional e vem tomando medidas que vacinam nossa economia contra essas oscilações e estimulam os investimentos na produção, na indústria e, principalmente, no agronegócio.

## Estímulo federal garantirá ao país safra recorde, prevê Casildo



O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) elogiou o Plano Safra 2012-2013.

De acordo com o senador, a previsão é que a próxima safra atinja 170 milhões de toneladas de grãos, contra 161 milhões de toneladas na última safra.

Caso essa previsão se confirme, assinalou Casildo, o país estará próximo de atingir a marca de 1 milhão de toneladas de grãos por habitante.

Mas o mais importante, afirmou ele, será garantir o acesso dos produtores ao crédito.

Em aparte, a senadora Ana Amélia (PP-RS) comentou a crise da suinocultura no Sul do país.

## O plano federal

Aplicação de **R\$ 115,2 bi** para a safra 2012-2013, sendo **R\$ 86,9 bi** para **custeio e comercialização** e **R\$ 28,2 bi** para **investimentos**

Aumento de **7,5%** no **crédito**

Queda de **18,5%** nos **custos de financiamento**, com a redução dos juros ao crédito rural de 6,75% para 5,5% ao ano

Aumento de **23%** nos **limites de financiamento**

Garantia de **preço mínimo** **Seguro agrícola** ao produtor

## Pinheiro diz que governo precisa qualificar agricultor

Walter Pinheiro (PT-BA) disse que o Plano Agrícola e Pecuário 2012-2013 precisa buscar qualificação para permitir um melhor aproveitamento dos recursos que serão distribuídos para políticas agropecuárias.

— Não basta só o anúncio de R\$ 115 bilhões. Não basta o volume de recursos expressivos para um plano se ele não vem acompanhado de medidas que qualifiquem a intervenção e até a forma com que esses produtores terão acesso a esse crédito.

De acordo com Pinheiro, o governo tem que se preocupar com as especificidades das culturas locais. Explicou que houve um aumento de 23% nos investimentos em relação ao ano passado.

O senador disse que entregará na próxima semana o relatório da MP 565/12, que trata da renegociação das dívidas de produtores rurais. Ele informou que acolheu emendas incluindo produtores da região Sul e que a aprovação da medida é essencial para uma melhor aplicação do Plano Agrícola e Pecuário.



Walter Pinheiro: plano federal deve considerar safras locais

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>

### PLENÁRIO: Pronunciamentos

9h A sessão de hoje, não deliberativa, destina-se a pronunciamentos de senadores.

### CPI DA MULHER: Audiência pública em São Paulo

14h A comissão parlamentar mista de inquérito que investiga a situação de violência contra a mulher se reúne na Assembleia Legislativa de São Paulo para ouvir o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Ivan Sartori, entre outros.

### FÓRUM SENADO BRASIL: Palestra de Vladimir Safatle

18h30 Prossegue o Fórum Senado Brasil 2012, ciclo de palestras sobre grandes temas da atualidade, com a exposição de Vladimir Safatle sobre “A democracia para além do Estado democrático de direito”.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

## Benedito questiona decisão do Ibama sobre estaleiro

Benedito de Lira (PP-AL) apresentou requerimento à Mesa do Senado cobrando explicações da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, sobre decisão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de negar licença ambiental para a instalação de estrutura do Estaleiro Eisa em Alagoas.

O senador disse que analisou os processos de licenciamento de estaleiros em quatro outros estados e garantiu

que o Ibama não utilizou em Alagoas os mesmos critérios e mecanismos que permitiram a instalação de empreendimentos semelhantes na Bahia, em Pernambuco, no Rio de Janeiro e em Santa Catarina.

Com relação, por exemplo, ao Porto de Suape, em Pernambuco, Benedito pediu esclarecimentos ao Ibama pelo fato de as obras de ampliação terem gerado um enorme passivo ambiental, devido à supressão de grande área de vegetação de mangue.

## Audiência pública vai debater MP do novo Código Florestal

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) fará audiência pública sobre a medida provisória (MP) que modifica o novo Código Florestal (Lei 12.651/12). O debate está marcado para 31 de agosto, durante a 35ª edição da Expointer, exposição agropecuária que acontece em Esteio, no Rio Grande do Sul.

A MP 571/12 está sendo examinada por uma comissão de deputados e senadores antes de seguir para os Plenários da Câmara e do Senado.

O relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), deve apresentar seu parecer na quarta-feira, possibilitando que a comissão vote o texto no dia 10 de julho. O Congresso tem até o início de outubro para decidir sobre a matéria.

O requerimento para o debate na CRA foi apresentado por Ana Amélia (PP-RS). Ela teve outro pedido aprovado na reunião de ontem, para realização de audiência pública com o ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos.



Nalewajk (E), Gurgacz e Kisielewski: Polônia quer ampliar cooperação com o Brasil

## Vice-ministro da Agricultura da Polônia visita comissão

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) recebeu o vice-ministro da Agricultura da Polônia, Tadeusz Nalewajk, acompanhado do embaixador da Polônia no Brasil, Jacek Junosza Kisielewski.

O vice-ministro destacou os avanços tecnológicos conquistados pela produção agrícola e pecuária polonesas e manifestou o interesse do governo do país em ampliar as áreas de cooperação com o Brasil.

O presidente da CRA, Acir

Gurgacz (PDT-RO), destacou que Nalewajk visita o Brasil no momento em que o governo federal anuncia o Plano Agrícola e Pecuário 2012-2013, com previsão de R\$ 115 bilhões para o financiamento de atividades de custeio e investimento na agricultura comercial. Segundo Nalewajk, as políticas brasileiras que combinam inclusão social com crescimento econômico são acompanhadas com grande interesse pelos países europeus.

Em palestra, o professor de Filosofia Política Renato Lessa explicou que, apesar da força mobilizadora da internet, é “alucinação” acreditar que um indivíduo consiga representar os desejos de uma multidão

## “Não é o Facebook que vai democratizar a sociedade”

A IDEIA DE que a internet pode resolver as falhas do sistema político representativo e levar ao paraíso da democracia direta é uma ilusão, no entender do professor de Filosofia Política da Universidade Federal Fluminense (UFF) Renato Lessa.

Ele proferiu anteontem à noite a sexta palestra do Fórum Senado Brasil 2012, que segue até o dia 7 de agosto, no auditório do Interlegis, no Senado.

— O Egito é uma prova de que não é o Facebook que vai democratizar a sociedade — disse a uma audiência composta, na maioria, de universitários e funcionários do Senado.

O professor lembrou que as redes sociais da internet são consideradas as grandes responsáveis por viabilizar as campanhas contra governos ditatoriais no Oriente Médio e no norte da África. Entretanto, a força mobilizadora dessas redes não conseguiu levar a democracia à região. No Egito, por exemplo, foi eleito um governo para suceder o ditador Hosni Mubarak, mas num quadro institucional ainda controlado pelas Forças Armadas.

O professor comentou os desdobramentos dos recentes movimentos anticorrupção no Brasil, que exibiram vigor nas redes sociais e chegaram a levar manifestações às ruas, mas que ainda não se constituíram como força política operante:

— É um movimento mais moral do que político.

Tanto no Brasil quanto em



Professor Renato Lessa fala no Fórum Senado Brasil 2012, em Brasília: a democracia em tempos de mutações

Jonas Pereira/Agência Senado

outros países, tem se falado numa crise de legitimidade dos parlamentos, provocada pelo divórcio entre a vontade dos eleitores e a dos políticos eleitos. Para Lessa, imaginar que um indivíduo possa de fato representar os anseios de uma multidão de indivíduos é algo que está no terreno “da alucinação”, falando do ponto de vista filosófico.

— A representação, desde o início, foi caracterizada por uma imensa tensão constitutiva. Foi criada como uma ficção segundo a qual muitos podem se fazer presentes em poucos.

### Voto

O que há, segundo ele, é uma relação de sentido prático, uma vez que dos antigos sistemas de democracia direta passou-se para modelos que conferiram direitos eleitorais a contingentes cada vez maiores. Quando surgiu, entre os séculos 17 e 18, o sistema representativo não se encaixava no conceito

contemporâneo de democracia. Em geral, o voto era privilégio de poucos.

Em certos países, o direito ao voto foi conquistado com luta, embora isso não impeça que hoje os cidadãos estejam desanimados com seus representantes. Lessa recomenda que a melhoria do sistema representativo venha “de fora para dentro” — da sociedade para os parlamentos.

Para ele, um dos problemas no Brasil é a formação de partidos cujo objetivo é só a busca de votos, e não a criação de identidade com o eleitor. Isso é agravado pela falta de qualificação cívica da própria classe política e pela baixa escolaridade do eleitorado. Por essa razão, Lessa insiste numa pressão por mudanças com origem em movimentos políticos dotados de forte identidade:

— O processo político não se esgota em eleições. É preciso que haja uma energização cívica extrainstitucional.

## Rádio Senado deve chegar a mais 5 capitais

Após o início das transmissões em Teresina, ontem, a Rádio Senado planeja inaugurar ainda em 2012 emissoras em outras cinco capitais: Belém, Rio de Janeiro, João Pessoa, Maceió e Macapá. A capital piauiense foi a sexta a receber o sinal da emissora da Casa, que já podia ser sintonizada em Brasília (91,7 MHz), Natal (106,9 MHz), Cuiabá (102,5 MHz), Fortaleza (103,3 MHz) e Rio Branco (100,9 MHz).

O funcionamento da Rádio Senado no Piauí é possível a partir de uma parceria com a Assembleia Legislativa do estado.

O diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado (Secs), Fernando Cesar Mesquita, destacou o apoio dado à implantação da Rádio Senado no Piauí pelo ex-senador Heráclito Fortes, quando este ocupou o cargo de 1º secretário da Casa.

Mesquita ressaltou ainda que os veículos institucionais ampliam o acesso do cidadão a tudo aquilo que acontece no Senado.

— O trabalho do Senado precisa ser mais bem conhecido. A realização de audiências públicas e o trabalho de comissões permanentes é muito relevante, mas dificilmente chega à população por meio da imprensa privada — assinalou o diretor.

## Vanessa vê resultado positivo da Rio+20



Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) avaliou como positivos os resultados da Rio+20. Para ela, embora a expectativa tenha sido maior do que o alcançado, ficou patente que é preciso estabelecer metas mais seguras em relação ao uso

dos recursos naturais. Vanessa chamou a atenção para o papel dos legisladores na definição de políticas de desenvolvimento e preservação. A senadora saudou o início hoje em Parintins (AM) do “duelo” entre os bois-bumbás Garantido e Caprichoso.

## Para Raupp, documento final avança

Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou que o documento *O Futuro que nós queremos*, da Rio+20, não retrocede nas conquistas que o mundo teve sobre desenvolvimento sustentável, mas avança, pois pode exibir resultados como o

fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Ele disse reconhecer a consistência dos protestos das ONGs sobre o texto, mas ressaltou que foi essa a negociação possível entre os participantes.



Marcia Maniz/Agência Senado

# Senadores paraguaios defendem em Brasília *impeachment* de Lugo

Afastamento do presidente do Paraguai seguiu os ritos previstos na Constituição e atendeu os anseios da população, dizem parlamentares

O SENADO DO Paraguai respondeu aos anseios dos cidadãos quando aprovou o *impeachment* do ex-presidente Fernando Lugo. A declaração foi feita ontem em Brasília pela senadora paraguaia Mirtha Palacios Melgarejo, durante reunião prévia da comissão externa do Senado brasileiro incumbida de visitar o Congresso Nacional do Paraguai.

Mirtha afirmou que era uma honra estar no Senado brasileiro, mas lamentou que isso ocorra num momento em que a situação política do Paraguai é vista como uma crise. O novo presidente, Federico Franco, foi eleito como vice de Lugo nas eleições de 2008. A senadora ressaltou que a medida foi tomada com o apoio de todos os partidos do país. Ela disse que a situação interna está normal e tranquila e que o problema tem se resumido

à repercussão internacional.

— Queremos ser respeitados em nossa soberania — disse.

Para Eric Maria Salum Pires, senador paraguaio, a crítica de desrespeito ao processo legal não é correta. Ele disse que a Constituição do Paraguai prevê o *impeachment* e que o rito foi seguido. Pires lembrou que a saída de Lugo foi aprovada por mais de 90% dos parlamentares.

O senador explicou que o rito para *impeachment* pode ser decidido caso a caso. Uma possível sanção do Mercosul ao país, disse ele, será um retrocesso para a integração da região.

— O Paraguai pode mostrar ao mundo que seguiu um processo legítimo do ponto de vista constitucional. Quando

países irmãos questionam nossa posição, a autodeterminação dos povos é desrespeitada — declarou.

Casildo Maldaner (PMDB-SC) concordou que uma decisão com mais de 90% de apoio mostra que Lugo não tinha condição de governar.

Ana Amélia (PPRS) disse que é possível assumir uma posição crítica em relação ao que ocorreu no Paraguai, mas lembrou que cada país precisa ser respeitado em sua

soberania. Na visão de Sérgio Souza (PMDB-PR), que presidiu a reunião, o processo legal paraguaio foi seguido. Ele sugeriu, porém, que a Constituição seja revista para tornar o processo mais democrático.

— A soberania do Paraguai

tem que ser reconhecida — disse o senador.

Alvaro Dias (PSDB-PR) demonstrou solidariedade com o Paraguai. Ele afirmou que seu relacionamento com os paraguaios é especial por conta da proximidade geográfica do país vizinho com o Paraná, estado que representa no Senado.

— Quando vou ao Paraguai, me sinto em casa — disse.

O senador deixou claro que não concorda com a posição do governo brasileiro de criticar o processo de *impeachment* de Lugo. De acordo com o senador, é preciso respeitar a Constituição e o Senado do país vizinho.

— Não há razão para qualquer país interferir nas decisões de outro. Acho que, em pouco tempo, não haverá nenhuma restrição ao Paraguai — declarou.

**Uma possível sanção do Mercosul ao país será um retrocesso, afirma senador paraguaio**



Parlamentares do Paraguai (foto à esquerda) debatem a situação do país com os senadores brasileiros Ana Amélia, Sérgio Souza, Alvaro Dias e Casildo Maldaner

## Brasiguaios correm risco em conflitos de terra e motivam visita de comissão

Na reunião, os senadores também assistiram a um vídeo sobre a situação agrária do Paraguai, com momentos de tensão sobre disputa de terra, em que trabalhadores rurais ameaçam autoridades e militares. A terra em questão seria motivo de disputa com brasiguaios — como são chamados os brasileiros que cultivam terras paraguaias.

Sérgio Souza lembrou que a comissão externa instituída pelo Senado com a incumbência de ir ao Paraguai conhecer a situação dos brasiguaios já foi autorizada, mas ainda não fez a visita. Para o senador, é preciso defender os brasileiros que estão no Paraguai. Ele lembrou que o número de brasiguaios, juntamente com seus descendentes, pode chegar a 400 mil. Souza disse que os brasiguaios são pessoas que ajudaram a desbravar a região e levar crescimento para o país vizinho.

Para o senador paraguaio Roberto Campos, os brasiguaios são irmãos brasileiros e alguns são até mais paraguaios do que os que nasceram lá.

Campos lamentou que exista um “vício ideológico” na análise do processo de *impeachment* e criticou a queima de uma bandeira brasileira, em 2008, por partidários do ex-presidente Lugo.

A advogada Marilene Sguarizi, membro do Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior e que atua na defesa da causa dos camponeses brasileiros no país vizinho, voltou a pedir a visita dos senadores brasileiros ao Paraguai, para conhecer de perto a situação dos brasiguaios. Marilene, que é paraguaia, disse que não vê empecilho no fato de o país ter passado recentemente por um processo de troca no poder.

— O Paraguai é um país soberano e precisa ser respeitado por isso — afirmou Marilene.

## Souza demonstra preocupação com a economia dos países do Mercosul

Sérgio Souza disse em Plenário, após a reunião, que teme uma instabilidade econômica no Paraguai e nos países que fazem parte do Mercosul. Para ele, a possível suspensão do país implica retirá-lo do livre comércio e taxar os produtos que transitam entre os países.

O senador ressaltou que a medida pode afetar drasticamente o Brasil porque há uma relação comercial muito forte, especialmente no Paraná.

— O oeste paranaense é justamente a região de fronteira do Brasil mais populosa, onde temos cidades conhecidas do Brasil e do mundo, como Foz do Iguaçu, eventos, empresas e instituições — alertou.

Na opinião de Souza, o *impeachment* de Lugo ocorreu de forma legal e pacífica. Ele explicou que a legislação paraguaia não dá àquele que está sendo processado o direito de ampla defesa e ressaltou que, talvez, os países da União

das Nações Sul-Americanas (Unasul) possam exigir uma reforma nas leis do Paraguai.

O senador disse que a comissão externa sobre a crise do Paraguai precisa visitar o Congresso do país vizinho. Além de Souza, a comissão é composta por Alvaro Dias, Ana Amélia, Paulo Paim (PT-RS) e Delcídio do Amaral (PT-MS).

Souza ainda expressou o seu contentamento pelo lançamento do Plano Safra 2012-2013, ontem. Ele disse que a presidente está sensível à questão da agricultura brasileira não só por ter aumentado o volume de recursos disponibilizados, mas também por reduzir os juros. O senador parabenizou Dilma Rousseff e o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho, pelo aumento dos valores destinados ao Seguro-Safra, ao seguro agrícola e ao Proagro. Ele disse que os seguros trazem segurança econômica e jurídica aos produtores.

## País vizinho deve ter voz no Parlasul, opina Requião

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) levará à primeira sessão do ano, em Montevideu (Uruguai), uma declaração sobre a participação paraguaia no órgão legislativo regional. Os parlamentares do Paraguai — únicos do bloco eleitos diretamente pela população para a função — deverão ter direito a voz na sessão de segunda-feira para apresentar a sua versão sobre a deposição de Lugo.

— Devemos garantir a palavra aos paraguaios para não fazer com eles o que fizeram com o Lugo — disse o presidente da representação, Roberto Requião (PMDB-PR).

A suspensão do Paraguai no Mercosul, para Requião, levará à automática suspensão no Parlasul. O tema deverá ser discutido hoje na Cúpula do Mercosul, na Argentina. A tendência é que a suspensão permaneça até novas eleições presidenciais, previstas para 2013.

Enquanto o Paraguai pode ser suspenso, a Venezuela quer participar. Isso já foi aprovado por Argentina, Brasil e Uruguai, mas ainda precisava da aprovação do Paraguai. Com a suspensão, os três outros sócios podem optar pela imediata integração.

Requião explicou que a entrada da Venezuela contraria interesses do Paraguai e será vantajosa para o desenvolvimento da região, visto que o produto interno bruto do país é mais de dez vezes o do Paraguai. Para ele, uma das razões da destituição de Lugo foi seu alinhamento a grupos interessados em utilizar, com subsídios estatais, a parte de 50% cabível ao Paraguai da energia elétrica produzida em Itaipu para produção de alumínio.



Requião: suspensão do Paraguai abre espaço para a Venezuela

Em depoimento à CPI, Claudio Monteiro nega envolvimento com o contraventor e coloca seus sigilos à disposição, mas admite que se encontrou com ex-diretor da Delta

# Ex-assessor de Agnelo garante que nunca se encontrou com Cachoeira

CLAUDIO MONTEIRO, EX-CHEFE de gabinete do governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, negou ontem que tenha participado do esquema de Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira. Em depoimento à comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista que investiga esquema de jogos ilegais, corrupção e tráfico de influência, Monteiro disse que não está entre os que receberam de Cachoeira um rádio comunicador habilitado nos Estados Unidos ou foram beneficiados por propina para fraudar licitações ou ajudar na infiltração de integrantes da quadrilha na máquina administrativa.

Mesmo com *habeas corpus* expedido pelo Supremo Tribunal Federal garantindo-lhe o direito de ficar em silêncio, o ex-braço direito de Agnelo decidiu falar à CPI. Ele disse que pediu demissão para facilitar o prosseguimento das investigações e desafiou:

— Cadê o rádio? É a pergunta que eu faço todos os dias. Se a Polícia Federal gravou todos que usavam esse equipamento, só ela pode dizer onde esse aparelho está. Não sei, não recebi, não usei. Todos que usaram foram gravados, e eu não fui gravado. Isso, sim, seria uma prova material — disse.

## Amizades

Monteiro admitiu conhecer e ser amigo de duas pessoas apontadas pela Polícia Federal como integrantes do bando que Cachoeira é acusado de chefiar: Marcello de Oliveira Lopes, o Marcelão; e João Carlos Feitoza, o Zunga. O primeiro foi assessor da Casa Militar do Distrito Federal e estaria envolvido na tentativa de conseguir a nomeação de um aliado de Cachoeira no Serviço de Limpeza Urbana. O segundo foi subsecretário de Esportes, é suspeito de receber dinheiro do grupo e de ser uma espécie de contato entre Agnelo e Cachoeira. Tanto Marcelão quanto Zunga foram indicados por Monteiro, conforme ele mesmo admitiu à CPI.

Ao falar dos amigos, Monteiro disse não crer no envol-



Claudio Monteiro se defende na CPI, ao lado do deputado Paulo Teixeira, do senador Vital do Rêgo e do deputado Odair Cunha

vimento deles com Cachoeira, mas revelou esperar que eles se defendam e provem ser inocentes. Apesar do conselho do ex-chefe de gabinete, tanto Marcelão quanto Zunga preferiram o silêncio, assegurado por decisão judicial, na reunião da CPI.

A exemplo do governador Agnelo Queiroz, Monteiro negou conhecer Cachoeira e garantiu que jamais o viu pessoalmente. Entretanto, informou ter se encontrado duas vezes com Cláudio Abreu, ex-diretor regional da Delta, para tratar de assuntos de interesse da empresa e do governo. A Delta, apontada pela Polícia Federal como ligada ao esquema de Cachoeira, era responsável por parte do serviço de limpeza do Distrito Federal, por meio de contrato assinado em 2007, ainda no governo de José Roberto Arruda. O contrato foi rompido no início de junho, depois que a atual administração detectou irregularidades na execução dos serviços.

— Não conhecia Cláudio Abreu, nem sabia que ele tinha relação com Fernando Cavendish [ex-dono da Delta]. Recebi-o na condição de diretor. Na época, quem poderia dizer em sua consciência que a Delta era inidônea? Isso demandou tempo para ser descoberto, tanto que a polícia investigou por três anos — justificou.

Em resposta ao relator da CPI, deputado Odair Cunha (PT-MG), Monteiro atribuiu as menções a seu nome em gravações da Polícia Federal a uma tentativa de “venda de prestígio”.

## Sigilos

O ex-chefe de gabinete de Agnelo ofereceu à CPI seus sigilos bancário, fiscal e telefônico e também os de seus filhos. Ele apresentou uma declaração da Serasa (entidade de proteção ao crédito) com o

demonstrativo das dívidas contraídas por seus filhos para a construção de um prédio na região de Vicente Pires, em Brasília, mostrado em reportagens como incompatíveis com a renda deles.

— Nenhum homem público está livre do uso indevido de seu nome. Mas, se eu voltar para vida pública, faço questão de pôr anúncio em jornal dizendo que não tenho procurador, que não tenho ninguém que pode falar em meu nome — disse Monteiro.

## Postura de Monteiro durante depoimento recebe elogios

A postura de Claudio Monteiro como testemunha foi elogiada não apenas por parlamentares do PT, partido de Agnelo Queiroz, mas também pelo deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), que reconheceu não haver nenhuma ligação telefônica em que apareça a voz do depoente.

Para o relator da CPI, Odair Cunha, a questão do rádio Nextel ficou esclarecida, visto que Monteiro não aparece diretamente em nenhuma interceptação.

— Ao que tudo indica, todas as incursões realizadas pela organização criminosa

no governo do Distrito Federal não obtiveram sucesso. O contrato do lixo com a Delta não prosperou — disse.

O presidente da CPI, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), disse que os objetivos estão sendo alcançados.

— Aqueles que não se manifestam são respeitados, mas aqueles que vêm aqui e se explicam devem ser aplaudidos — recomendou.

Vital informou que na próxima semana haverá duas reuniões da CPI: na terça-feira, para a tomada de mais três depoimentos; e na quinta-feira, para a apreciação de requerimentos.

## “Críticas não me intimidam”, diz relator

O relator da CPI, deputado Odair Cunha, afirmou que não se sentirá intimidado por críticas à condução das investigações. Foi uma resposta ao governador de Goiás, Marconi Perillo, que ontem mesmo disse que o relator “deveria ser isento e não servir de cabo de chicote”. Cunha alegou que não haveria sentido em convocar depoentes de outros estados porque até agora o que se viu foram evidências da atuação de Cachoeira em Goiás e no Distrito Federal.

Cunha também falou sobre novas interceptações telefônicas divulgadas pela *Folha de S.Paulo*. Segundo o jornal, gravações da polícia mostram que Cachoeira acreditava ter conseguido “portas abertas” no governo de Goiás com a compra da casa de Marconi. O ex-vereador Wladimir Garcez, que seria o “laranja” na compra da casa, pergunta a Cachoeira, no momento da entrega de cheques, se ele quer falar com o governador, o que indicaria que Marconi sabia quem era o real comprador.

Para depor na terça-feira, segundo Cunha, devem ser convocados Edivaldo Cardoso, ex-diretor do Detran de Goiás; Rubmaier de Carvalho, apontado como contador de empresas de fachada do grupo de Cachoeira; e um representante da Alberto & Pantoja Construções, que seria uma dessas empresas.

## Taques entrega relatório sobre Demóstenes

Pedro Taques (PDT-MT) entregou ontem à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) o relatório sobre o parecer do Conselho de Ética pela cassação de Demóstenes Torres (sem partido-GO).

Se a CCJ aprovar o relatório na quarta-feira, dia 4, o Plenário decidirá, em votação secreta, a partir do dia 11. O esforço é para que tudo seja decidido antes do início do recesso, previsto para 17 de julho.

Na CCJ, a análise é sobre aspectos jurídicos, legais e constitucionais. No relatório, favorável à aprovação, Taques avalia que o parecer do Conselho de Ética, feito por Humberto Costa (PT-PE), é bem fundamentado.

## Outros dois depoentes decidem ficar em silêncio na CPI

Os três depoentes convocados para falar ontem à CPI do Cachoeira conseguiram, no Supremo Tribunal Federal, *habeas corpus* assegurando-lhes o direito de permanecer em silêncio.

Todos foram chamados a

esclarecer fatos relacionados ao governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (PT). Claudio Monteiro foi o único que decidiu falar.

Além de Monteiro, a comissão convocou Marcello de Oliveira Lopes, conhecido

como Marcelão, e João Carlos Feitoza, o Zunga.

Ex-assessor da Casa Militar do Distrito Federal, Marcelão é acusado pela Polícia Federal de tentar a nomeação de um aliado de Cachoeira para o Serviço

de Limpeza Urbana da capital federal.

Zunga, ex-subsecretário de Esportes do DF, é suspeito de receber dinheiro da organização e de ser uma espécie de contato entre o governador Agnelo e o contraventor.

# Texto cria auxílio financeiro para mulheres agredidas

Proposta aprovada pela Comissão de Direitos Humanos institui o Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas; também avançou projeto que inclui a prevenção da violência contra a mulher no currículo escolar

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem dois projetos de lei que tratam da violência contra a mulher.

Um deles inclui nos currículos do ensino básico conteúdos sobre a prevenção a esse tipo de violência. O outro institui o Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas.

As propostas ainda serão votadas por outras comissões.

O PLS 74/12 determina que os currículos dos ensinos fundamental e médio deverão incluir conteúdos sobre a prevenção da violência contra a mulher, a criança e o idoso e sobre os mecanismos de proteção a essas pessoas estabelecidos em lei. O projeto acrescenta um parágrafo à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A proposta foi apresentada pela então senadora Ivonete Dantas. Ela argumenta que, “além de idosos e crianças, a violência doméstica afeta especialmente as mulheres e, de fato, o país ainda é marcado por uma cultura sexista que



Cristovam: violência contra a mulher deve ser discutida em sala de aula

está na base desse fenômeno”.

Em seu relatório, Cristovam Buarque (PDT-DF) recomenda a aprovação.

Já o PLS 109/12, apresentado por Jayme Campos (DEM-MT), cria o Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas, destinado a auxiliar as mulheres que, devido à violência doméstica, acabaram se separando de seus maridos ou companheiros. O projeto prevê auxílio de pelo menos

R\$ 622, a ser pago durante 12 meses, além de treinamento profissional para que essas mulheres possam se inserir no mercado de trabalho.

Em seu relatório, Clovis Fecury (DEM-MA) apoia a aprovação do texto.

## Idosos

Fecury também foi relator do projeto de lei (PLS 236/10) que cria ajuda especial para as famílias que mantêm sob seus cuidados idosos com mais de 70 anos.

O texto exige que, para serem beneficiadas, essas famílias tenham renda mensal *per capita* de no máximo um salário mínimo.

A proposta é do então senador Jefferson Praia. Fecury defendeu a iniciativa. Em seu relatório, ele afirma que “a situação geral que se configura é a de uma categoria social, a dos idosos pobres, que experimenta a necessidade de cuidados crescentes ao mesmo tempo em que permanece como a base econômica da vida familiar”.

## Projeto contra exploração sexual de crianças é oportuno, diz Lúcia Vânia



Waldemir Barreto/Agência Senado

Lúcia Vânia (PSDB-GO) comemorou a aprovação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do projeto de lei que amplia a punição prevista por exploração sexual de crianças e adolescentes.

De acordo com o projeto, a pessoa que explora menores deve ficar entre 6 e 12 anos nas prisões. Atualmente, a punição vai de 4 a 10 anos.

— O projeto aprovado é de extrema oportunidade neste momento em que vivemos a expectativa de grande eventos de amplitude nacional e internacional — afirmou a senadora, referindo-se à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016.

Se não houver recurso para a votação em Plenário, o projeto de lei (PLS 495/11), que é de Renan Calheiros (PMDB-AL), irá para a Câmara dos Deputados.

## Taques: Ministério Público precisa manter poder de investigação



Waldemir Barreto/Agência Senado

Pedro Taques (PDT-MT) criticou a PEC 37/11, que impede o Ministério Público de participar das investigações criminais. A proposta atribui exclusivamente às polícias federal e civil a competência de investigar e deixa claro que o Ministério Público deve atuar apenas como titular da ação penal.

De acordo com o senador, a PEC é inconstitucional e, se aprovada, significará um retrocesso no combate à criminalidade e à corrupção no Brasil. Ele ressaltou que o mundo todo prega a universalização do ato de investigar.

— Qual é o temor da investigação do Ministério Público? Será que ele está incomodando? Existem dois tipos de pessoas que não gostam do Ministério Público: aqueles que não conhecem o que ele faz e aqueles que conhecem muito bem.

Neste momento, a PEC 37/11 tramita na Câmara dos Deputados.

## Projeto obriga carro a ter dispositivo que fixa cadeirinha

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou um projeto de lei que determina que carros apresentem, como equipamento obrigatório, dispositivos para a fixação de cadeirinhas infantis — para assim diminuir os riscos de um assento mal instalado.

O próximo passo na tramitação dessa matéria será seu exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto (PLS 64/12) foi apresentado por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). Ao justificar a iniciativa, o senador argumenta que “quem transporta criança pequena conhece a dificuldade e o trabalho de instalar a cadeirinha utilizando apenas o cinto de segurança do carro”. Rollemberg propõe que os automóveis ofereçam sistemas como o Isofix, o Lower Anchors and Tethers

for Children (LATCH), o Lower Universal Anchorage System (Luas) ou similares.

Em seu relatório sobre o projeto, Cyro Miranda (PSDB-GO) defende a aprovação. O senador afirma que “os assentos infantis automotivos são pouco ou nada eficazes se não forem instalados corretamente, e o maior mérito dos sistemas de fixação em pontos de ancoragem [como os sugeridos por Rollemberg] é facilitar a instalação e a verificação da segurança desses sistemas”.

De acordo com Rollemberg, sistemas como o Isofix dispensam o uso do cinto de segurança, sendo constituídos por pontos de fixação presos à estrutura do veículo, entre outras características. Cyro Miranda diz que a oferta desses sistemas não aumentaria significativamente o custo de fabricação dos automóveis.

## Davim pede criação de carreira de Estado para médicos do SUS

Paulo Davim (PV-RN) falou no Plenário de sua participação na audiência pública da Câmara dos Deputados que discutiu as dificuldades para a interiorização no Brasil das ações de saúde.

De acordo com o senador, no debate foram diagnosticadas duas dificuldades principais enfrentadas pelos governos federal, estadual e municipal, para resolver o problema da falta de médicos nas cidades do interior do país: o subfinanciamento da saúde no Brasil e a falta de uma carreira de Estado para a saúde.

Com relação à questão do financiamento, Paulo Davim disse que sem a destinação do montante de recursos adequado ao setor, o problema da má qualidade do atendimento médico à população não poderá ser resolvido.

— É um tanto frustrante essa situação [da falta de recursos] para todos nós da

área de saúde pública. E cada vez mais, a cada dia, nós testemunhamos o desmonte da saúde pública — disse.

Davim defendeu a criação de uma carreira de Estado para os profissionais de saúde no Brasil. Segundo ele, essa medida contribuirá para atrair mais médicos para o interior.

O senador manifestou-se contrário à flexibilização do exame de revalidação de diplomas para médicos formados em países vizinhos.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Paulo Davim: dificuldade para levar médicos para o interior do Brasil

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Marta Suplicy

**2º vice-presidente:** Waldemir Moka

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.gov.br/noticias](http://www.senado.gov.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Marcos Oliveira / Agência Senado



Integrantes de entidades que defendem as cotas cantam o Hino Nacional na comissão presidida por Paulo Paim (D), relator do projeto

# Federais podem ter cota para escola pública

Projeto estabelece a reserva de 50% das vagas de universidades e escolas técnicas federais para negros, pardos e indígenas que tenham estudado em instituições públicas

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem projeto de lei da Câmara (PLC) que institui sistema de cotas com reserva obrigatória de, no mínimo, 50% das vagas nas universidades e instituições de ensino técnico federais para alunos que só tenham estudado em escola pública. O texto também combina critérios étnico-racial e social para a seleção dos ocupantes dessas vagas.

Pelo critério social, metade das vagas da cota deverá ser reservada a estudantes cujas famílias tenham renda *per capita* de, no máximo, um salário mínimo e meio — R\$ 933 em valores atuais.

Com base no critério étnico-racial, todas as vagas da cota serão preenchidas em conformidade com os percentuais de negros, pardos e indígenas na população do estado onde a instituição de ensino está localizada. Para isso, será levado em conta o censo mais recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

— O Brasil está longe de ser uma democracia racial. No mercado de trabalho, na política, na educação, em todos os âmbitos, negros e negras têm menos oportunidades que a população branca. O racismo está imbricado nas instituições públicas e privadas e age de

forma silenciosa — argumentou o senador Paulo Paim (PT-RS), que preside a CDH e foi relator do projeto (PLC 180/08) na comissão.

## Urgência

Pela distribuição feita pela Mesa do Senado, a matéria ainda passará pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). No entanto, Paim apresentou requerimento de urgência para que o projeto siga diretamente ao exame do Plenário.

O pedido foi subscrito pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Roberto Requião (PMDB-PR), presidente da CE. Agora, precisa do aval das lideranças partidárias. Caso isso aconteça, o relator designado para fazer o exame do PLC na CE poderá apresentar a análise e seu voto diretamente em Plenário. Paim foi designado para ser o relator do projeto também nessa comissão.

Se for aprovado em Plenário sem alterações, o projeto seguirá para sanção presidencial e, desse modo, dará tratamento legal e uniforme para sistemas de cotas que já foram adotados pela maior parte das universidades federais.

Na avaliação de Paim, não haverá obstáculos dos líderes à urgência, o que permitirá a conclusão da votação do projeto no Senado até a próxima

**Entenda o sistema**

Veja como funciona a seleção dos alunos pelo sistema de cotas aprovado na Comissão de Direitos Humanos

- ▶ **Escolas públicas:** 50% das vagas em universidades e escolas técnicas federais serão destinados a quem estudou em escolas públicas.
- ▶ **Critério étnico-racial:** a seleção será feita **de acordo com a proporção** de negros, pardos e indígenas da população do estado onde a instituição pretendida está localizada.\*
- ▶ **Critério social:** 50% das vagas destinadas às cotas (ou 25% do total de vagas) serão preenchidas por estudantes cujas famílias tenham renda *per capita* de, no máximo, um salário mínimo e meio, o que hoje corresponde a **R\$ 933**.
- ▶ **Vagas remanescentes:** se após a aplicação das regras acima, sobra rem vagas, estas deverão ser preenchidas, observando os **critérios étnico-racial e social**, por quem cursou o ensino médio em **escolas públicas**.
- ▶ **Desempenho mínimo:** a reserva não dispensará os alunos de atingirem um desempenho mínimo **em exames** como o Enem e o vestibular.

\*Será levado em conta o censo do IBGE.

semana. Para evitar o retorno da matéria à Câmara, ele sugeriu sua aprovação na CDH sem alterações de conteúdo e a manutenção do mesmo parecer na CE.

Na CDH, o senador apresentou apenas duas emendas de redação. Uma delas para trocar a palavra “negro” por “preto” em pontos do texto, pois essa é a terminologia oficial usada para designar a cor da pele que caracteriza a população afrodescendente.

O projeto já havia sido aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no início de junho, depois de quatro anos de tramitação no colegiado. A comissão acompanhou o relatório da senadora Ana

Rita (PT-ES), que também conservou o texto do jeito como veio da Câmara, fazendo apenas alterações de redação. O projeto foi apresentado à Câmara pela deputada Nice Lobão (PSD-MA).

## Torcida

A reunião de ontem foi acompanhada por estudantes e integrantes de entidades defensoras das cotas nas universidades públicas. No fundo da sala de reuniões, eles agitaram faixas com as palavras de ordem “Cotas já! Queremos estudar” e “Cotas já! O Senado vai votar”. Ao fim da sessão, cantaram o Hino Nacional, em comemoração ao avanço do projeto, que está no Congresso há 13 anos.

## Critério étnico-racial será o da autodeclaração

A candidatura às vagas da cota dependerá de autodeclaração dos interessados como integrante de um dos grupos étnicos que contam com a preferência, segundo o PLC 180/08.

Caso sobrem vagas após a aplicação da reserva por critério étnico-racial, aquelas que restarem deverão ser ocupadas por estudantes vindos do ensino médio público até o preenchimento da cota mínima de 50% sobre o total de matrículas.

As cotas devem incidir sobre as vagas por curso e turno de ensino. A reserva de vagas não dispensará o aluno de atingir um resultado mínimo em exames como o Enem e o vestibular.

No debate, Anibal Diniz (PT-AC) disse que o país “precisa das cotas para garantir a democratização das oportunidades”. E Eduardo Suplicy destacou a necessidade de reparação aos negros pelas injustiças históricas que sofreram desde a escravidão.

## Paim critica ideia de aumentar idade para aposentadorias

A notícia de que o governo estuda aumentar a idade mínima exigida para aposentadoria foi criticada por Paulo Paim (PT-RS).

— Dizem que o governo trabalha com a hipótese de que os homens se aposentem com 75 anos de idade no Regime Geral, ou seja, 15 anos a mais do daqueles que se aposentam na área pública. Isso é uma brincadeira de mau gosto que eu acho que não é verdadeira. O governo do qual eu faço parte não proporia um absurdo desses — disse.

De acordo com o senador, na União Europeia, até mesmo países que estão enfrentando crise exigem 61 anos como idade mínima. Paim elogiou o presidente francês, François Hollande, que diminuiu de 62

para 60 anos a idade para a aposentadoria do trabalhador francês. Segundo o senador, a medida abre mais postos de trabalho, movimenta a economia e permite que os aposentados exerçam outras atividades.

— Essa medida vai na contramão do que se tem feito na Europa, mas é digna de aplausos — disse.

## Fator previdenciário

O senador voltou a defender o fim do fator previdenciário. Ele disse que o projeto que acaba com esse “instrumento de redução do valor das aposentadorias” está na pauta da Câmara dos Deputados e que um acordo para votação está sendo buscado.

De acordo com Paim, as contas

da Previdência Social são superavitárias em até R\$ 15 bilhões e, assim, suportariam um aumento maior para os aposentados. O senador anunciou já ter apresentado uma emenda ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013 para garantir aumento real para os aposentados.

Paim também criticou os estados que ainda não pagam o piso nacional para os salários dos professores e defendeu uma solução para a greve nas universidades. Ele disse ser preciso pensar em toda a cadeia da educação de forma estratégica e sugeriu medidas para conseguir mais recursos para ações na área, como um tributo exclusivo, incidente sobre o sistema financeiro.

## Pinheiro: governo não quer proibir programa religioso

Walter Pinheiro (PT-BA) negou que o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, tenha a intenção de proibir a veiculação de programas religiosos nas rádios e televisões.

— O Ministério das Comunicações tem buscado garantir que nenhuma programação seja discriminada — afirmou.

O senador defendeu a liberdade de expressão, de orientação sexual, de religião e de culto. Ele disse que todas as religiões têm o direito de expressar suas mensagens, inclusive usando programas de rádio e televisão. Segundo Pinheiro, “o governo tem trabalhado em projetos que ajudem a acabar com monopólios e intolerâncias”.

— A posição do governo e do nosso partido é de total e plena liberdade de expressão. Não cabe mais censura neste país — declarou.

Subcomissão debateu ontem projetos de Marta e de Bauer que buscam melhorar os rendimentos do FGTS. Representantes do Conselho Curador do fundo e de ministérios, no entanto, fizeram uma série de ponderações quanto aos riscos de mudanças



Quenio de França, Antonio Ramalho Júnior, Cyro Miranda, Marta Suplicy e Alexandre Macedo em audiência na Subcomissão Temporária do FGTS

## Correção de saldos das contas do FGTS está deficitária, diz Cyro

HÁ DEFASAGEM NA correção dos saldos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), afirmou Cyro Miranda (PSDB-GO). Como exemplo, o senador citou, em audiência na Subcomissão Temporária do FGTS, que um saldo de R\$ 500 numa conta do fundo em 2000 elevou-se para R\$ 855 em 2011, quando deveria ter chegado a R\$ 1.010 se tivesse sido corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado no período.

Autora de um dos projetos que distribuem resultados das aplicações do FGTS para as contas vinculadas dos trabalhadores (PLS 580/11), Marta Suplicy (PT-SP) afirmou que o patrimônio líquido do fundo cresceu 21,8% em 2008 (em relação a 2007) e 9,3% em 2009 (em relação a 2008), e nenhum centavo desse resultado voltou à sua origem, a conta dos trabalhadores. Outro projeto que estabelece critérios para distribuição do resultado do exercício financeiro para as contas vinculadas dos trabalhadores é o PLS 48/12 de Paulo Bauer (PSDB-SC). Ambos alteram a Lei 8.036/90.

Marta disse ter identificado 12 projetos no Senado e 126 na Câmara dos Deputados propondo novas possibilidades de saques nas contas vinculadas

ou novos critérios para sua correção. A senadora disse que a subcomissão, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), pretende dar uma resposta a tais demandas.

No debate, a subcomissão ouviu de representantes do Conselho Curador do FGTS e dos ministérios das Cidades e do Planejamento uma série de ponderações quanto aos riscos de mudanças. O secretário executivo do conselho, Quenio Cerqueira de França, disse que o cenário de queda dos juros pode tornar difícil para qualquer aplicação financeira, em futuro próximo, obter o que o FGTS hoje paga nas contas vinculadas: Taxa Referencial (TR) mais 3% ao ano. O secretário executivo ponderou que uma mudança na remuneração poderia reduzir recursos para a concessão de subsídios à aquisição de moradia no âmbito do programa Minha Casa, Minha Vida: variáveis de R\$ 8 mil a 23 mil. Esses subsídios, segundo ele, beneficiam majoritariamente trabalhadores de baixa renda, cotistas do fundo.

— A ampliação de seus rendimentos nas contas vinculadas nunca compensaria a eventual extinção desses subsídios — acrescentou.

Marta disse concordar com os

subsídios do Minha Casa, Minha Vida, mas perguntou se os seus custos não deveriam ser assumidos pelo governo federal, via Orçamento da União, em vez de serem bancados pelo FGTS.

Esther Albuquerque, do Ministério do Planejamento, disse que, na meta de investimentos do programa até 2014, o fundo participará com R\$ 10 bilhões do total de R\$ 72 bilhões previstos para subsídios aos adquirentes de casa própria. Antonio Ramalho Júnior, representante da Força Sindical, sugeriu inverter a prioridade do FGTS, deslocando-a dos programas do governo para o trabalhador. Ele defendeu a distribuição dos resultados das aplicações do FGTS para os cotistas do fundo.

O secretário executivo do Ministério das Cidades, Alexandre Cordeiro Macedo, disse que uma eventual distribuição desses recursos renderia a cada trabalhador cotista o valor anual de R\$ 260. Mas, segundo ele, poderia impedir a execução de programas como o Minha Casa, Minha Vida, “que proporciona a criação de 2 milhões de empregos formais”. Esse tipo de investimento, de acordo com Macedo, aumenta o patrimônio do FGTS, com a ampliação das contribuições para o fundo geradas pelas novas contratações.

## Dornelles elogia benefício a empresas de transporte aéreo e marítimo

Francisco Dornelles (PP-RJ) saudou a decisão da comissão mista que avalia a Medida Provisória 563/12 de permitir a empresas de transporte aéreo e marítimo a substituição da contribuição patronal sobre a folha de pagamento por uma contribuição de 1% sobre a receita bruta. A medida, disse o senador, beneficia empresas de transporte aéreo, marítimo — inclusive de cabotagem — e por navegação interior de cargas e passageiros.

O senador informou que a contribuição patronal sobre a folha representa 20% do que é gasto com o pagamento de salários. A substituição, disse, “é fundamental para a sobrevivência das empresas”. O senador elogiou o relator da MP, o senador Romero Jucá (PMDB-RR).



## Randolfe protesta contra atraso nas obras do aeroporto de Macapá



O sistema aéreo de Macapá enfrenta situação de completo abandono e caos, segundo Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). O senador disse que a capital do Amapá

sofre, entre outras coisas, com o atraso das obras do aeroporto, com “as tarifas absurdas das passagens aéreas cobradas pelo duopólio Gol-Tam” e com descaso, letargia e irresponsabilidade das autoridades competentes.

Para Randolfe, tal situação é apenas uma parte da longa série de problemas de infraestrutura básica da cidade — “apenas 5% de domicílios com água tratada, menos de 5% com tratamento de esgoto, a pior distribuição de energia elétrica do país, uma das menores malhas rodoviárias e um precário fornecimento de serviços de internet”.

## Eduardo Lopes reclama de taxas cobradas por companhias aéreas

Eduardo Lopes (PRB-RJ) acusou as companhias aéreas brasileiras de cobrar preços e taxas abusivos. O senador disse que o seguimento é um dos que mais recebe reclamações nos Procons.

Além das altas tarifas na venda de passagens aéreas, disse, as empresas de aviação civil cobram taxas abusivas em serviços como remarcação de passagem, reserva de assento, seguro viagem, entre outros. Lopes também afirmou que, nos aeroportos, os preços de estacionamentos, lanchonetes e restaurantes são muito altos, e que são comuns problemas como extravio de bagagens, atrasos e cancelamento de voos e desconforto nos terminais.



## Suplicy cobra maior fiscalização sobre falsos condomínios

Eduardo Suplicy (PT-SP) cobrou ontem em Plenário maior fiscalização por parte do poder público quanto aos condomínios irregulares no país, principalmente em seu estado.

O senador disse que vem recebendo constantes denúncias da atuação de falsos condomínios, que, além de cobrar taxas de administração dos moradores, ainda que eles não tenham aprovado a criação das entidades, ocupam áreas públicas sob o pretexto de garantir a segurança da região.

Suplicy explicou que o falso condomínio surge quando moradores de determinada rua ou loteamento criam uma associação, ainda que à revelia de vizinhos, cercam a área com muros e proíbem circulação de estranhos no local.



## Anibal comemora lançamento de programa habitacional no Acre

Anibal Diniz (PT-AC) anunciou ontem a assinatura da autorização para o início das obras do Cidade do Povo, projeto habitacional do governo do Acre, com objetivo de oferecer moradia à população de baixa renda. O senador afirmou que a intenção é construir mais de 10.600 unidades habitacionais em uma mesma área, atendendo cerca de 60 mil pessoas.

Das unidades previstas no Cidade do Povo, um terço serão destinadas a moradores das áreas de risco da capital, Rio Branco. São famílias que vivem nas áreas mais baixas da cidade, mais vulneráveis às cheias do rio Acre. As demais unidades ficarão disponíveis para famílias com renda de até dez salários mínimos, dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal.



## Viana destaca início do Projeto Cidade do Povo, em Rio Branco

Jorge Viana (PT-AC) também destacou ontem o início, nesta semana, do Projeto Cidade do Povo, que vai construir mais de 10 mil casas populares na capital do Acre, Rio Branco.

O senador explicou que o projeto habitacional é uma parceria entre os governos estadual, federal e municipal e vai gerar milhares de empregos. Serão 10.659 casas construídas até 2014. Viana acrescentou que a iniciativa busca ter sustentabilidade:

— Há condições excelentes de solo, drenagem, topografia adequada, área verde exemplar, proximidade de jazidas minerais e de todo o material a ser usado, sem ter que danificar a cidade, sem ter que criar transtorno para a população, próximo de acesso à água — informou, lembrando que o investimento chegará a R\$ 1 bilhão.

